

FÁBIO ROQUE ARAÚJO

Curso de
DIREITO PENAL
PARTE GERAL

2018



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Luciano Apolinário

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

A658c Araújo, Fábio Roque.
Curso de Direito Penal Parte Geral / Fábio Roque Araújo –Salvador: JusPodivm, 2018.
1152 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2074-0.

1. Direito penal. I. Araújo, Fábio Roque. II. Título.



CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PARTE I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DIREITO PENAL: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	53
1. CONCEITO DE DIREITO PENAL.....	53
1.1. Conceito formal (estático).....	53
1.2. Conceito material.....	54
1.3. Conceito sociológico (dinâmico).....	54
2. DENOMINAÇÃO	54
3. CARACTERES DO DIREITO PENAL.....	55
4. CONTEÚDO E DIVISÃO DO DIREITO PENAL.....	56
5. MODALIDADES DE DIREITO PENAL	57
5.1. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo.....	57
5.1.1. Existe jus puniendi ?	58
5.2. Direito Penal substantivo (material) e Direito Penal adjetivo (formal).....	58
5.3. Direito Penal comum e especial	59
5.4. Direito Penal geral e Direito Penal local	59
5.5. Direito Penal fundamental (nuclear ou primário) e Direito Penal complementar (secundário).....	59
5.6. Direito Penal subterrâneo e paralelo.....	60
5.7. Direito Penal do fato, Direito Penal do autor e Direito Penal do fato que considera o autor.....	60
5.8. Direito Penal da culpabilidade e da periculosidade	60
6. FUNÇÕES DO DIREITO PENAL	61
6.1. Função de proteção dos bens jurídicos	61
6.2. Função de confirmação de reconhecimento normativo	62
6.3. Função ético-social.....	62
6.4. Função de controle social.....	63
6.5. Função de garantia	63
6.6. Função simbólica (Direito Penal simbólico e Direito Penal de emergência).....	63
6.7. Função motivadora.....	63
6.8. Função promocional (Direito Penal promocional).....	63
6.9. Função de redução da violência	64
7. RELAÇÃO DO DIREITO PENAL COM OUTROS RAMOS DO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	64
7.1. Com o Direito Constitucional.....	64
7.2. Com o Direito Processual Penal.....	64
7.3. Com o Direito Tributário.....	65
7.4. Com o Direito Administrativo.....	65

7.5.	Com o Direito Civil	66
7.6.	Com o Direito do Trabalho	66
7.7.	Com o Direito Internacional	66
8.	CIÊNCIAS CRIMINAIS	66
8.1.	Dogmática jurídico-penal	67
8.2.	Criminologia	67
8.3.	Política Criminal	67
9.	CRIMINALIZAÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA. SELETIVIDADE E VULNERABILIDADE	67
10.	A REDESCOBERTA DA VÍTIMA: PRIVATIZAÇÃO DO DIREITO PENAL?	68
11.	QUADRO SINÓTICO	69
12.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	71
13.	GABARITO ANOTADO	73
14.	QUESTÕES PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS)	75

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL	77
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	77
2. DISTINÇÃO ENTRE REGRAS, PRINCÍPIOS E POSTULADOS	78
3. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE OU DA RESERVA LEGAL	79
3.1. Princípio da taxatividade	83
3.2. Princípio da irretroatividade da lei penal (retroatividade benéfica ou anterioridade).....	84
4. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA OU <i>ULTIMA RATIO</i>	85
4.1. Princípio da fragmentariedade	85
4.2. Princípio da subsidiariedade	86
5. PRINCÍPIO DA HUMANIDADE	87
6. PRINCÍPIO DA PESSOALIDADE (PERSONALIDADE, INTRASCENDÊNCIA OU RESPONSABILIDADE PESSOAL)	88
7. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PENAL SUBJETIVA (CULPABILIDADE)	88
8. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS	89
9. PRINCÍPIO DO <i>NON BIS IN IDEM</i>	90
10. PRINCÍPIO DA LESIVIDADE (OU DA OFENSIVIDADE)	91
10.1. Princípio da materialidade (ou exteriorização) do fato	92
10.2. Princípio da alteridade (ou transcendentalidade)	92
10.3. Princípio do Direito Penal do fato (ou responsabilidade pelo fato)	92
10.4. Exclusiva proteção do bem jurídico	93
10.4.1. Espiritualização dos bens jurídicos	94
11. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA (OU BAGATELA)	94
11.1. Requisitos objetivos	94
11.2. Requisitos subjetivos	95
11.3. Cabimento	96
11.4. Momento para aplicação	96
11.5. O princípio da insignificância na jurisprudência do STF e do STJ	97
11.6. Princípio da insignificância impróprio: irrelevância penal do fato	103
12. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	104
12.1. Princípio da vedação ao excesso	105

12.2. Princípio da vedação à proteção deficiente (ou infraproteção)	106
13. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL	106
14. PRINCÍPIO DA CONFIANÇA	107
15. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	107
16. QUADRO SINÓTICO.....	108
17. SÚMULAS APLICÁVEIS.....	115
17.1 STJ.....	115
17.2 STF	115
18. INFORMATIVOS RECENTES.....	115
18.1 STJ.....	115
18.2 STF	120
19. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	123
20. GABARITO ANOTADO.....	126
21. QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS	127
22. QUESTÕES PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS)	127

CAPÍTULO III

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL	131
1. AS VINGANÇAS: O PODER DE PUNIR NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS	131
1.1. Considerações iniciais.....	131
1.2. Vingança divina	131
1.3. Vingança privada	133
1.4. Vinganças públicas: manifestações do Direito Penal na Antiguidade.....	134
2. DIREITO PENAL NA ANTIGUIDADE	136
2.1. Código de Hamurabi: primeiras noções de proporcionalidade	136
2.2. Outras legislações da Antiguidade	137
3. DIREITO PENAL LAICIZADO DA ANTIGUIDADE	138
3.1. Direito Penal na Grécia	138
3.2. Direito Penal em Roma	139
4. DIREITO PENAL MEDIEVAL.....	141
4.1. Direito Penal germânico	141
4.2. Direito Penal canônico.....	142
5. PERÍODO HUMANITÁRIO	144
5.1. Ideário iluminista e humanização do Direito Penal	144
5.2. Os reformadores: a humanização da pena privativa de liberdade e a sociedade disciplinar	146
5.2.1. Reformadores.....	146
5.2.2. John Howard.....	146
5.2.3. Jeremy Bentham.....	147
6. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL NO BRASIL	148
6.1. Período colonial.....	148
6.2. Período imperial.....	148
6.3. Período republicano	149
6.3.1. Código Penal de 1890 e Consolidação Piragibe	149
6.3.2. Código Penal de 1940 e reformas.....	150

7.	QUADRO SINÓTICO.....	150
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	156
9.	GABARITO ANOTADO.....	157

CAPÍTULO IV

AS ESCOLAS PENAIS.....	159
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	159
2. ESCOLA CLÁSSICA	159
3. ESCOLA POSITIVA.....	161
3.1. Cesare Lombroso.....	161
3.1.1. Epílogo à obra de Lombroso.....	162
3.2. Enrico Ferri	163
3.3. Raffaele Garofalo.....	164
4. ESCOLAS ECLÉTICAS	164
4.1. Terceira Escola italiana	164
4.2. Escola de Marburgo.....	165
4.3. Escola da Defesa Social.....	165
4.4. Escola francesa	166
4.5. Escola técnico-jurídica	166
4.6. Escola correcionalista	167
4.7. Escola humanista.....	167
4.8. Teoria psicossocial da criminalidade	168
4.9. Escola de Kiel.....	168
5. QUADRO SINÓTICO.....	169
6. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	173
7. GABARITO ANOTADO.....	175
8. QUESTÕES PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS)	176
9. QUESTÕES PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS)	177

CAPÍTULO V

TENDÊNCIAS MODERNAS DO DIREITO PENAL	179
1. INTRODUÇÃO.....	179
2. ABOLICIONISMO PENAL.....	179
2.1. Introdução.....	179
2.2. O abolicionismo anarquista.....	180
2.3. O abolicionismo de Louk Hulsman	183
2.4. O abolicionismo de Thomas Mathiesen	185
2.5. O abolicionismo de Nils Christie.....	187
3. MODERNAS TEORIAS JUSTIFICACIONISTAS.....	189
3.1. Considerações iniciais.....	189
3.2. Realismo criminológico	189
3.3. A teoria das janelas quebradas e a política de tolerância zero.....	191
3.3.1. <i>Three strikes laws</i>	193
3.4. Direito Penal do inimigo	194
3.5. Neorretribucionismo	197
3.6. Neorealistas (realistas de esquerda)	198

3.7. O garantismo penal	200
4. QUADRO SINÓTICO	204
5. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	208
6. GABARITO ANOTADO	211

CAPÍTULO VI

FONTES DO DIREITO PENAL	213
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	213
2. FONTES MATERIAIS (SUBSTANCIAIS OU DE PRODUÇÃO).....	213
3. FONTES FORMAIS (DE COGNIÇÃO OU DE CONHECIMENTO).....	213
3.1. Fonte formal imediata	214
3.2. Fontes formais mediatas (secundárias)	214
4. QUADRO SINÓTICO	216
5. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	217
6. GABARITO ANOTADO	218

CAPÍTULO VII

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL	219
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	219
2. MODALIDADES DE INTERPRETAÇÃO	220
2.1. Interpretação quanto às fontes	220
2.2. Interpretação quanto ao meio	221
2.3. Interpretação quando ao resultado.....	222
2.4. Outros meios de interpretação	223
3. INTEGRAÇÃO DO DIREITO: ANALOGIA.....	224
4. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA	226
5. INTERPRETAÇÃO PROGRESSIVA	227
6. <i>IN DUBIO PRO REO</i>	227
7. QUADRO SINÓTICO.....	227
8. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	229
9. GABARITO ANOTADO	230

PARTE II

TEORIA DA LEI PENAL (TEORIA DA NORMA)

CAPÍTULO VIII

A LEI PENAL.....	235
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	235
2. CARACTERÍSTICAS DAS LEIS PENAIS.....	236
3. CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS PENAIS.....	236
4. LEI (NORMA) PENAL EM BRANCO.....	238
4.1. Definição	238
4.2. Classificação	238
4.3. Constitucionalidade da norma penal em branco heterogênea	239
4.4. Norma penal em branco e complementos	240
5. CONFLITO APARENTE DE LEIS (NORMAS) PENAIS.....	241
5.1. Considerações iniciais.....	241

5.2.	Terminologia.....	242
5.3.	Requisitos	242
5.4.	Objetivos	243
5.5.	Distinção em relação a outros institutos	243
5.5.1.	Em relação ao concurso de crimes	243
5.6.	Em relação à aplicação de leis penais no tempo (conflito de leis penais no tempo)	243
6.	PRINCÍPIOS PARA A SOLUÇÃO DO CONFLITO APARENTE.....	243
6.1.	Princípio da especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>).....	244
6.2.	Princípio da subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>).....	245
6.3.	Princípio da consunção ou da absorção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>).....	246
6.4.	Princípio da alternatividade	249
7.	QUADRO SINÓTICO.....	250
8.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	252
8.1	STJ.....	252
9.	INFORMATIVOS RECENTES.....	252
9.1	STJ.....	252
10.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	254
11.	GABARITO ANOTADO.....	256
12.	QUESTÕES PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS)	256

CAPÍTULO IX

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO	259
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	259
2. CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DAS LEIS	259
3. TEMPO DO CRIME	260
4. CONFLITO DE LEIS PENALIS NO TEMPO.....	261
4.1. Considerações iniciais: extra-atividade	261
4.2. Sucessão de leis penais	262
4.2.1. Lei nova que cria uma figura típica.....	262
4.2.2. Lei penal mais grave (<i>novatio legis in pejus</i>)	262
4.2.3. Lei penal que deixa de considerar o fato como criminoso (<i>abolitio criminis</i>) ...	263
4.2.3.1. <i>Abolitio criminis</i> e revogação de tipo penal.....	263
4.2.3.2. Efeitos da <i>abolitio criminis</i>	263
4.2.3.3. <i>Abolitio criminis</i> temporária	264
4.2.4. Lei penal benéfica (<i>novatio legis in melius</i>).....	265
4.2.4.1. Juízo competente para aplicação da <i>novatio legis in melius</i>	265
4.2.5. Lei penal possui aspectos mais graves e outros benéficos: combinação de leis?	266
4.3. Crime permanente e continuado	267
4.4. Lei penal benéfica e <i>vacatio legis</i>	268
4.5. Lei temporária e excepcional.....	269
4.6. Lei penal intermediária.....	270
4.7. Retroatividade benéfica e lei penal em branco.....	271
4.7.1. Cloreto de etila e <i>abolitio criminis</i>	272
4.8. Aplicação da lei processual penal no tempo	273

5.	QUADRO SINÓTICO.....	273
6.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	276
6.1	STJ.....	276
6.2	STF.....	276
7.	INFORMATIVOS RECENTES.....	276
7.1	STJ.....	276
7.2	STF.....	277
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	279
9.	GABARITO ANOTADO.....	280
10.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS.....	281

CAPÍTULO X

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO	283
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	283
2. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE	283
2.1. Conceito de território.....	284
2.2. Território por extensão.....	284
2.2.1. Competência para o julgamento de crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves	285
2.2.2. Embaixada é extensão do território nacional?.....	286
3. LUGAR DO CRIME	286
3.1. Teoria da ubiquidade e crimes à distância	287
4. EXTRATERRITORIALIDADE	289
4.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	289
4.1.1. Extraterritorialidade incondicionada na Lei de Tortura	291
4.1.2. Cumprimento da pena no estrangeiro	291
4.2. Extraterritorialidade condicionada.....	291
4.2.1. Condições para a extraterritorialidade.....	292
4.2.2. Crime cometido por estrangeiro contra brasileiro no exterior.....	294
5. QUADRO SINÓTICO.....	294
6. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	296
7. GABARITO ANOTADO.....	298

CAPÍTULO XI

APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	299
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	299
2. IMUNIDADES DIPLOMÁTICAS	300
2.1. Natureza da imunidade e renúncia	301
3. IMUNIDADES PARLAMENTARES.....	302
3.1. Imunidade material do parlamentar	302
3.2. Considerações acerca da extensão da imunidade parlamentar	304
3.3. Natureza jurídica da imunidade material do parlamentar	304
3.4. Imunidade formal do parlamentar	304
3.4.1. Imunidade formal para a prisão	304
3.4.2. Imunidade formal para o processo.....	305
3.5. Imunidade do parlamentar e o estado de sítio	306

3.6.	Outras imunidades	306
3.6.1.	Imunidade à atuação como testemunha	306
3.6.2.	Imunidade para a incorporação às Forças Armadas	307
3.6.3.	Foro por prerrogativa de função	307
4.	QUADRO SINÓTICO	308
5.	SÚMULAS APLICÁVEIS	309
5.1	STF	309
6.	INFORMATIVOS RECENTES	309
6.1	STF	309
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	310
8.	GABARITO ANOTADO	311

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS	313
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	313
2. PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO	313
3. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA PENAL ESTRANGEIRA	314
4. CONTAGEM DE PRAZO	315
5. FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS	316
6. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	316
7. QUADRO SINÓTICO	317
8. SÚMULAS APLICÁVEIS	318
8.1 STF	318
9. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	318
10. GABARITO ANOTADO	318

PARTE III

TEORIA DO CRIME

CAPÍTULO XIII

INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRIME	323
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	323
2. CONCEITO DE CRIME	324
2.1. Conceito criminológico	324
2.2. Conceito formal de crime	326
2.3. Conceito material de crime	327
2.4. Conceito legal de crime	328
2.5. Conceito analítico de crime	328
2.5.1. Teoria tripartida	329
2.5.2. Teoria bipartida	331
2.5.3. Teoria quadripartida	331
2.5.4. Outras concepções de crime	332
3. INFRAÇÕES PENAIS: CRIME E CONTRAVENÇÃO	332
3.1. Distinções entre crime e contravenção	334
3.1.1. Quanto à pena privativa de liberdade prevista	334
3.1.2. Quanto à admissibilidade da tentativa	334
3.1.3. Quanto ao potencial ofensivo	334

3.1.4.	Quanto à competência para o julgamento	335
3.1.5.	Quanto à ação penal	335
3.1.6.	Quanto à extraterritorialidade da lei penal.....	335
3.1.7.	Quanto ao limite para o cumprimento das penas privativas de liberdade.....	335
3.1.8.	Quanto ao período de prova na suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	335
3.1.9.	Quanto à ignorância ou equivocada compreensão da lei penal.....	335
3.1.10.	Quanto à possibilidade de prisão preventiva e temporária	336
3.1.11.	Quanto ao cabimento da interceptação telefônica	336
3.1.12.	Quanto à reincidência	336
3.2.	A questão da posse de drogas para consumo pessoal (art. 28 da Lei n. 11.343/2006)....	336
4.	SUJEITOS DO CRIME.....	337
4.1.	Sujeito ativo.....	337
4.2.	Sujeito passivo	338
5.	OBJETOS DO CRIME	339
5.1.	Objeto jurídico.....	339
5.2.	Objeto material	340
6.	RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA.....	340
6.1.	Críticas doutrinárias à responsabilidade penal da pessoa jurídica	341
6.2.	Responsabilidade das pessoas jurídicas de Direito Público.....	343
6.3.	Extinção da pessoa jurídica	344
6.4.	Entes despersonalizados	345
6.5.	<i>Habeas corpus</i> e a pessoa jurídica.....	345
6.6.	Atos processuais e a pessoa jurídica	346
6.7.	Interesse ou benefício da pessoa jurídica	347
6.8.	Dupla imputação e o concurso de pessoas	347
7.	QUADRO SINÓTICO.....	349
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	353
9.	GABARITO ANOTADO	355

CAPÍTULO XIV

CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	357
1. CLASSIFICAÇÕES LEGAIS	357
2. CLASSIFICAÇÕES DOUTRINÁRIAS.....	358
2.1. Quanto ao resultado naturalístico: crimes materiais, formais e de mera conduta	358
2.2. Quanto ao sujeito ativo: crimes comuns, próprios e de mão própria	359
2.3. Quanto à conduta: crimes comissivos, omissivos e comissivos por omissão	360
2.4. Quanto ao concurso de pessoas: crimes de monossujeitos e plurissujeitos	361
2.5. Quanto ao fracionamento da conduta: crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	361
2.6. Quanto ao resultado jurídico: crimes de dano e de perigo	362
2.7. Quanto à duração do momento consumativo: crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes.....	362
2.8. Quanto à constância: crimes habituais e profissionais.....	363
2.9. Quanto à quantidade de bens jurídicos tutelados: crimes mono-ofensivos e pluriofensivos.....	363
2.10. Quanto à quantidade de condutas: crimes de ação única ou múltipla	363
2.11. Quanto ao elemento subjetivo: crimes dolosos, culposos ou preterdolosos.....	364

2.12.	Crime de bagatela.....	364
2.13.	Crime a prazo.....	364
2.14.	Crime multitudinário	365
2.15.	Quanto aos vestígios materiais: crimes transeuntes e não-transeuntes	365
2.16.	Quanto à ação penal: crimes de ação penal pública e de ação penal privada	365
2.17.	Quanto à forma de execução: crimes de forma livre e de forma vinculada	365
2.18.	Quanto à subjetividade passiva: crimes de subjetividade passiva única e subjetividade passiva dupla	366
2.19.	Quanto à potencialidade ofensiva: crimes de mínimo, menor, médio, elevado e máximo potencial ofensivo	366
2.20.	Outras classificações.....	366
2.20.1	Crime de ímpeto	366
2.20.2	Crime internacional	367
2.20.3.	Crime remetido	367
2.20.4.	Crime militar (próprio e impróprio).....	367
2.20.5.	Crime funcional	367
2.20.6.	Crime de ação violenta e ação astuciosa	368
2.20.7.	Crimes hediondos e equiparados a hediondos	368
2.20.8.	Crimes simples e complexos.....	368
2.20.9.	Crime progressivo e progressão criminosa.....	368
2.20.10.	Crime obstáculo.....	369
2.20.11.	Crimes de intenção.....	369
2.20.12.	Crime ctninuado	369
2.20.13.	Crimes qualificados e crimes privilegiados.....	369
2.20.14.	Crime gratuito	370
2.20.15.	Crime de circulação	370
2.20.16.	Crime consunto e consuntivo	370
2.20.17.	Crimes falimentares.....	370
2.20.18.	Crime de atentado ou de empreendimento.....	370
2.20.19.	Crimes de impressão	370
2.20.20.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....	371
2.20.21.	Crime inominado	371
2.20.22.	Crimes de imprensa.....	371
2.20.23.	Crimes principais e acessórios.....	371
2.20.24.	Crimes independentes e conexos.....	372
2.20.25.	Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas)	372
2.20.26.	Crimes ambientais.....	372
2.20.27.	Crimes exauridos	372
2.20.28.	Crimes subsidiários.....	373
2.20.29.	Crimes consumados e tentados	373
2.20.30.	Crime falho	373
2.20.31.	Crime de ensaio (ou de experiência).....	373
2.20.32.	Crimes aberrantes	374
2.20.33.	Crime impossível	374
2.20.34.	Crime putativo.....	374

2.20.35. Crimes políticos	374
2.20.36. Crimes de opinião.....	374
2.20.37. Crime de responsabilidade	375
2.20.38. Crimes parcelares	375
2.20.39. Crimes de hermenêutica	375
2.20.40. Crimes de catálogo	375
2.20.41. Crime liliputiano (crime-anão)	375
2.20.42. Crimes de olvido (de esquecimento).....	376
2.20.43. Crimes de colarinho branco.....	376
2.20.44. Crimes do colarinho azul (crimes de rua)	376
2.20.45. Outros crimes de colarinho e respectivas cifras	376
2.20.46. Crimes de greve.....	377
2.20.47. Crimes de <i>lockout</i>	377
2.20.48. Crimes de acumulação ou de dano cumulativo.....	377
2.20.49. Crimes de mera suspeita (sem conduta ou de mera posição).....	377
2.20.50. Crime cibernético	377
2.20.51. Crime organizado.....	377
2.20.52. Crimes estaduais e federais.....	378
2.20.53. Crimes naturais, de plástico e vazios	379
2.20.54. Crimes condicionados e incondicionados.....	379
2.20.55. Crime achado	379
2.20.56. Crime jabuticaba	379
2.20.57. Crime de alucinação	379
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	380
4. QUADRO SINÓTICO	380
5. SÚMULAS APLICÁVEIS.....	387
5.1 STJ.....	387
5.2 STF	387
6. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	387
7. GABARITO ANOTADO.....	389
8. QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS.....	390

CAPÍTULO XV

SISTEMAS PENAIS.....	391
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	391
2. SISTEMA CLÁSSICO	392
2.1. Considerações iniciais.....	392
2.2. Teoria causal da ação (causalismo).....	392
2.3. Teoria psicológica da culpabilidade	392
2.4. Teoria do tipo avalorado.....	393
2.5. Repercussão no Brasil.....	393
3. SISTEMA NEOCLÁSSICO	393
3.1. Considerações iniciais.....	393
3.2. Neokantismo	394
3.2.1. Escola de Marburgo.....	394

3.2.2.	Escola de Baden ou Subocidental alemã:.....	394
3.3	Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	395
4.	SISTEMA FINALISTA.....	396
4.1.	Considerações iniciais.....	396
4.2.	Teoria final da ação (finalismo).....	397
4.3.	Teoria normativa da culpabilidade	397
4.4.	Repercussão no Brasil.....	398
5.	SISTEMAS FUNCIONALISTAS	398
5.1.	Considerações iniciais.....	398
5.2.	Funcionalismo orientado para fins de política criminal ou teleológico: Escola de Munique (Roxin)	399
5.3.	Funcionalismo sistêmico ou radical: Escola de Bonn (Jakobs).....	401
5.4.	O funcionalismo formalizador ou de controle social: Escola de Frankfurt (Haseimer)....	403
5.5.	O funcionalismo reducionista ou de contenção (Zaffaroni)	403
6.	QUADRO SINÓTICO.....	404
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	406
8.	GABARITO ANOTADO.....	410

CAPÍTULO XVI

FATO TÍPICO	413
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	413
2. CONDUTA.....	414
2.1. Considerações iniciais.....	414
2.2. Teorias da conduta (ação)	414
2.2.1. Teoria causal da ação (teoria naturalista, mecanicista, causalismo)	414
2.2.2. Teoria final da ação (finalismo).....	415
2.2.2.1. Teoria cibernética	416
2.2.3. Teoria social da ação.....	416
2.2.4. Teoria pessoal da ação.....	416
2.2.5. Teoria negativa da ação	417
2.2.6. Teoria da ação comunicativa	417
2.2.7. Teoria da ação significativa	418
2.2.8. Teoria técnico-jurídica da ação.....	418
2.2.9. Tem futuro o conceito de ação?	419
2.3. Elementos da conduta.....	419
2.4. Exclusão da conduta	420
3. RESULTADO	421
3.1. Considerações iniciais.....	421
3.2. Resultado Naturalístico (material).....	421
3.3. Resultado jurídico (normativo).....	422
4. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE (NEXO CAUSAL)	422
4.1. Considerações iniciais.....	422
4.2. Teorias sobre o nexo causal	423
4.2.1. Teoria da equivalência dos antecedentes (<i>conditio sine qua non</i>)	423
4.2.2. Teoria da causalidade adequada (ou proporcionada)	424
4.2.3. Teoria acolhida pelo nosso Código Penal	425

4.3.	Espécies de causas	425
4.3.1.	Causa dependentes	425
4.3.2.	Causas independentes	426
4.3.2.1.	Causas absolutamente independentes.....	426
4.3.2.1.1.	Consequências jurídico-penais das causas absolutamente independentes.....	427
4.3.2.2.	Causas relativamente independentes.....	427
4.3.2.2.1.	Consequências jurídico-penais das causas absolutamente independentes.....	428
4.4.	A relevância da omissão	430
4.4.1.	Natureza jurídica da omissão própria.....	430
4.4.2.	Crimes omissivos impróprios: o garantidor	431
4.5.	A teoria da imputação objetiva	432
4.5.1.	Considerações iniciais.....	432
4.5.2.	Cabimento	433
4.5.3.	A imputação e a ideia de risco proibido	433
4.5.4.	Requisitos para a imputação objetiva	433
5.	TIPICIDADE.....	435
5.1.	Considerações iniciais.....	435
5.2.	Tipo penal.....	436
5.2.1.	Definição	436
5.2.2.	Origem e evolução do tipo: fases do tipo	436
5.2.2.1.	Fase de independência do tipo (tipo avalorado)	436
5.2.2.2.	Fase indiciária do tipo (<i>ratio cognoscendi</i>)	437
5.2.2.3.	Fase de <i>ratio essendi</i>	437
5.2.3.	Funções do tipo legal.....	438
5.2.4.	Elementos.....	439
5.2.4.1.	Elementos objetivos	439
5.2.4.1.1.	Elementos objetivos descritivos.....	439
5.2.4.1.2.	Elementos objetivos normativos.....	439
5.2.4.1.3.	Elementos objetivos científicos.....	440
5.2.4.2.	Elementos subjetivos.....	440
5.2.4.3.	Outras classificações.....	440
5.2.4.3.1.	Elementos acidentais:	441
5.2.4.3.2.	Elementos modais.....	441
5.2.5.	Classificação do tipo legal.....	441
5.2.5.1.	Tipo fechado e tipo aberto	441
5.2.5.2.	Tipo normal e anormal	441
5.2.5.3.	Tipo fundamental (básico) e tipo derivado.....	442
5.2.5.4.	Tipo de fato e tipo de autor	442
5.2.5.5.	Tipo congruente e tipo incongruente	442
5.2.5.6.	Tipo simples e tipo misto	442
5.2.5.7.	Tipo preventivo.....	443
5.3.	Tipicidade formal.....	443
5.3.1.	Adequação Típica	443

5.3.1.1.	Adequação típica de subordinação imediata (direta)	444
5.3.1.2.	Adequação típica de subordinação mediata (ampliava ou por extensão)	444
5.4.	Tipicidade material	445
5.5.	Tipicidade conglobante	445
6.	QUADRO SINÓTICO	447
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	455
8.	GABARITO ANOTADO	457

CAPÍTULO XVII

DOLO E CULPA	459
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	459
2. DOLO	460
2.1. Teorias do dolo	460
2.1.1. Teoria da vontade	460
2.1.2. Teoria do assentimento (consentimento, anuência, assunção ou aprovação) ..	460
2.1.3. Teoria da representação (da possibilidade)	461
2.1.4. Teoria da probabilidade (cognição)	461
2.1.5. Outras teorias	461
2.1.5.1. Teoria da evitabilidade	461
2.1.5.2. Teoria do risco	461
2.1.5.3. Teoria do perigo a descoberto	461
2.1.5.4. Teoria da indiferença (do sentimento)	461
2.2. Elementos do dolo	462
2.3. Críticas normativas às teorias ontológicas do dolo	462
2.4. Dolo como vontade livre?	463
2.5. Dolo sem vontade?	463
2.6. Dolo no Código Penal	464
2.6.1. Dolo e pena	464
2.6.2. Importância do dolo na identificação do crime	465
2.7. Modalidades de dolo	465
2.7.1. Dolo direto e indireto	465
2.7.2. Dolo de propósito (refletido) e dolo de ímpeto (repentino)	468
2.7.3. Dolo normativo e dolo natural	468
2.7.4. Dolo de dano e dolo de perigo	468
2.7.5. Dolo genérico e dolo específico	468
2.7.6. Dolo presumido (<i>in re ipsa</i>)	469
2.7.7. Dolo geral (erro sucessivo)	469
2.7.8. Dolo antecedente, atual e subsequente	470
2.7.9. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	470
2.7.10. Dolo cumulativo	471
2.8. A (ir)relevância das classificações do dolo	471
2.9. Características do dolo	471
2.10. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo	471
2.10.1. Crimes ultraintencionais (delitos de intenção ou de tendência interna transcendente)	472

2.10.2.	Crimes com particulares disposições internas (crimes de tendência peculiar)	472
3.	CULPA	473
3.1.	Considerações iniciais.....	473
3.2.	Punibilidade dos crimes culposos.....	473
3.3.	Os tipos penais culposos	473
3.4.	Culpa é elemento subjetivo ou normativo?	474
3.5.	Modalidades de culpa: imprudência, negligência e imperícia	474
3.6.	Elementos do crime culposo	475
3.6.1.	Conduta voluntária	475
3.6.2.	Violação ao dever objetivo de cuidado	475
3.6.2.1.	Violação ao dever objetivo de cuidado e princípio da confiança....	475
3.6.3.	Produção de um resultado naturalístico involuntário	476
3.6.4.	Nexo causal.....	476
3.6.5.	Expressa previsão em lei (tipicidade)	476
3.6.6.	Previsibilidade objetiva do resultado	476
3.7.	Classificações da culpa	477
3.7.1.	Culpa consciente e culpa inconsciente	477
3.7.2.	Culpa própria e imprópria	478
3.7.3.	Culpa presumida (<i>in re ipsa</i>)	478
3.7.4.	Culpa direta e indireta	479
3.8.	Distinção entre culpa consciente e dolo eventual	479
3.9.	Compensação e concorrência de culpas	480
3.9.1.	Culpa exclusiva da vítima.....	481
3.10.	Graus de culpa.....	481
3.10.1.	Culpa temerária (culpa grosseira).....	481
3.11.	Elemento subjetivo e contravenção penal	482
4.	CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO.....	483
4.1.	Considerações iniciais.....	483
4.2.	Crimes qualificados pelo resultado	483
4.2.1.	Crime preterdoloso (preterintencional)	483
4.2.2.	Demais casos de crimes qualificados pelo resultado	484
5.	QUADRO SINÓTICO	485
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	491
7.	GABARITO ANOTADO.....	493

CAPÍTULO XVIII

ERRO DE TIPO		495
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	495
1.1.	Erro de tipo e crimes omissivos impróprios	495
2.	MODALIDADES DE ERRO DE TIPO	496
3.	ERRO DE TIPO ESSENCIAL E ACIDENTAL.....	496
3.1.	Erro de tipo essencial	496
3.1.1.	Considerações iniciais.....	496
3.1.2.	Efeitos	497
3.1.2.1.	Erro de tipo e exclusão do dolo	498
3.1.2.2.	Erro de tipo e desclassificação de crime.....	498

3.1.2.3.	Erro de tipo e exasperação da pena	498
3.1.3.	Distinção entre erro de tipo e crime putativo por erro de tipo	498
3.1.4.	Erro sobre elementos normativos do tipo.....	499
3.1.5.	Erro determinado por terceiro	499
3.1.6.	Descriminantes putativas	500
3.1.6.1.	Natureza jurídica das discriminações putativas	501
3.2.	Erro de tipo acidental.....	501
3.2.1.	Erro sobre o objeto (<i>error in objecto</i>).....	502
3.2.2.	Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>)	502
3.2.3.	Erro sobre as qualificadoras	503
3.2.4.	Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	503
3.2.4.1.	Erro na execução com mais de um resultado (unidade complexa)....	504
3.2.5.	Erro sobre o nexo causal (<i>aberratio causae</i>)	504
3.2.6.	Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i>)	504
3.2.6.1.	Resultado diverso do pretendido com mais de um resultado (unidade complexa)	505
4.	QUADRO SINÓTICO	506
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	509
6.	GABARITO ANOTADO	512
7.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS.....	513

CAPÍTULO XIX

ITER CRIMINIS (FASES DO CRIME) E SEUS INSTITUTOS	515
1. <i>ITER CRIMINIS</i>	515
1.1. Considerações iniciais.....	515
1.2. Cogitação (<i>cogitatio</i>)	515
1.3. Preparação	516
1.4. Execução.....	517
1.4.1. Distinção entre atos preparatórios e atos executórios.....	518
1.5. Consumação	520
1.6. Exaurimento	521
1.7. Institutos correlatos	522
2. TENTATIVA.....	522
2.1. Conceito e previsão legal.....	522
2.2. Terminologia.....	522
2.3. Natureza jurídica	523
2.4. Elementos da tentativa.....	523
2.5. Punibilidade da tentativa.....	524
2.5.1. Teoria adotada no Brasil	525
2.5.2. Critério para diminuição de pena na tentativa	525
2.6. Modalidades de tentativa.....	526
2.7. Infrações penais que não admitem a tentativa	527
2.7.1. Casos polêmicos sobre a (in)admissibilidade da tentativa	529
3. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	531
3.1. Conceito e previsão legal.....	531
3.2. Desistência voluntária	531

3.3.	Arrependimento eficaz.....	532
3.4.	Requisitos	532
3.5.	Natureza jurídica	533
3.6.	Consequências.....	533
3.7.	Incompatibilidade com crimes culposos	534
3.8.	Temas polêmicos	534
3.8.1.	Adiamento da consumação do crime	534
3.8.2.	Agente com único projétil	534
3.8.3.	Comunicabilidade da desistência voluntária e arrependimento eficaz	535
3.9.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz na Lei de Terrorismo.....	535
4.	ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	535
4.1.	Conceito e previsão legal.....	535
4.2.	Natureza jurídica	536
4.3.	Fundamento	536
4.4.	Requisitos	536
4.4.1.	Comunicabilidade do arrependimento posterior ao corréu.....	538
4.5.	Critério para a diminuição da pena	538
4.6.	Não aceitação da vítima	539
4.7.	Casos específicos de reparação do dano ou restituição da coisa	539
5.	CRIME IMPOSSÍVEL.....	540
5.1.	Conceito e previsão legal.....	540
5.2.	Natureza jurídica	541
5.3.	Modalidades de crime impossível	541
5.4.	Teorias sobre o crime impossível.....	542
5.5.	Sistema de vigilância e crime impossível.....	543
5.6.	Crime impossível e crime putativo	543
5.7.	Crime impossível e flagrante provocado	544
6.	QUADRO SINÓTICO	544
7.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	551
7.1	STJ.....	551
7.2	STF	551
8.	INFORMATIVOS RECENTES.....	551
8.1	STJ.....	551
8.2	STF	552
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	553
10.	GABARITO ANOTADO.....	555

CAPÍTULO XX

ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)	557
1. CONCEITO	557
1.1. Terminologia.....	558
2. ILICITUDES FORMAL E MATERIAL.....	558
2.1. Concepção unitária da ilicitude	559
3. ILICITUDE PENAL E ILICITUDE EXTRAPENAL.....	559
4. DEMAIS MODALIDADES DE ILICITUDE	559
4.1. Ilícitudes genérica e específica	559

4.2.	Ilicitudes objetiva e subjetiva	560
5.	A ILICITUDE E SUA DISTINÇÃO EM RELAÇÃO A OUTROS INSTITUTOS	560
6.	CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE.....	561
6.1.	Considerações iniciais.....	561
6.2.	Terminologia.....	561
6.3.	Modalidades de causas excludentes de ilicitude.....	561
6.4.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão de ilicitude	562
6.5.	Comunicabilidade das excludentes de ilicitude.....	563
7.	ESTADO DE NECESSIDADE.....	563
7.1.	Conceito e previsão legal.....	563
7.2.	Fundamento do estado de necessidade.....	563
7.3.	Modalidades de estado de necessidade	563
7.4.	Natureza jurídica do estado de necessidade	564
7.5.	Teorias sobre o estado de necessidade	565
7.6.	Requisitos do estado de necessidade.....	566
7.6.1.	Situação de perigo atual.....	566
7.6.2.	Perigo não provocado voluntariamente	567
7.6.3.	Inevitabilidade do dano.....	568
7.6.4.	Direito próprio ou alheio (estado de necessidade próprio ou de terceiro)	568
7.6.5.	Ponderação de bens e deveres (proporcionalidade)	569
7.6.6.	Ausência de dever legal de enfrentar o perigo.....	569
7.7.	Causa de diminuição de pena.....	571
7.8.	Estado de necessidade e <i>aberratio ictus</i>	571
7.9.	Estado de necessidade e dificuldades econômicas	571
7.10.	Estado de necessidade recíproco	572
7.11.	Estado de necessidade e crimes habituais e permanentes	572
7.12.	Estado de necessidade e efeitos civis.....	572
8.	LEGÍTIMA DEFESA	573
8.1.	Conceito e previsão legal.....	573
8.2.	Fundamento da legítima defesa	573
8.3.	Modalidades de legítima defesa	573
8.4.	Natureza jurídica da legítima defesa	574
8.5.	Requisitos da legítima defesa	575
8.5.1.	Agressão	575
8.5.2.	Agressão injusta	577
8.5.3.	Atualidade ou iminência da agressão.....	580
8.5.4.	Direito próprio ou de terceiro	581
8.5.5.	Moderação: princípio da proporcionalidade	582
8.5.6.	Necessidade	584
8.6.	Legítima defesa e efeitos civis	584
8.7.	Legítima defesa a <i>aberratio ictus</i>	585
8.8.	Coexistência de legítima defesa e estado de necessidade	585
8.9.	Teoria do cenário da bomba-relógio (<i>ticking bomb scenario theory</i>).....	585
9.	ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL	585
9.1.	Conceito e previsão legal.....	585

9.2.	Fundamento do estrito cumprimento de dever legal.....	586
9.3.	Destinatários do estrito cumprimento de dever legal.....	586
9.4.	Dever legal.....	587
9.5.	Cumprimento estrito.....	587
9.6.	Estrito cumprimento de dever legal em crimes culposos.....	587
9.7.	Estrito cumprimento de dever legal e homicídio.....	587
9.8.	Estrito cumprimento de dever legal e a tipicidade conglobante.....	587
10.	EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....	588
10.1.	Conceito e previsão legal.....	588
10.2.	Fundamento do exercício regular de direito.....	588
10.3.	Exercício de direito.....	588
10.4.	Exercício regular: limites da excludente.....	588
10.5.	Intervenções cirúrgicas: estado de necessidade ou exercício regular de direito?.....	589
10.6.	Ofendículas (ofendículos).....	589
10.7.	Exercício regular de direito e efeitos civis.....	590
11.	CONSENTIMENTO DO OFENDIDO.....	590
11.1.	Considerações iniciais.....	590
11.2.	Teorias sobre o consentimento do ofendido.....	591
11.3.	Consequências do consentimento do ofendido.....	592
11.4.	Requisitos para o consentimento do ofendido.....	593
11.5.	Revogabilidade do consentimento.....	597
11.6.	Consentimento do ofendido e crime culposos.....	597
11.7.	Manifestação do consentimento.....	598
11.8.	Consentimento presumido.....	598
12.	EXCESSO.....	599
12.1.	Considerações iniciais.....	599
12.2.	Âmbito de incidência do excesso.....	599
12.3.	Classificação do excesso.....	600
12.3.1.	Quanto ao elemento subjetivo.....	600
12.3.2.	Quanto à forma de produção.....	601
12.4.	Excesso na causa.....	601
13.	QUADRO SINÓTICO.....	602
14.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	611
15.	GABARITO ANOTADO.....	613
16.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS.....	614

CAPÍTULO XXI

CULPABILIDADE.....	615
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	615
2. CONCEITO.....	616
3. DISTINTAS ACEPÇÕES DA EXPRESSÃO “CULPABILIDADE”.....	616
4. EVOLUÇÃO DOGMÁTICA DA CULPABILIDADE.....	617
4.1. Considerações iniciais.....	617
4.2. Teoria psicológica da culpabilidade.....	617
4.2.1. Críticas e superação da teoria psicológica da culpabilidade.....	619
4.3. Teoria normativa ou psicológico-normativa da culpabilidade.....	619

4.4.	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	621
4.4.1.	Teoria limitada da culpabilidade.....	623
5.	CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE CULPABILIDADE.....	623
5.1.	A culpabilidade no pós-finalismo welzeniano	623
5.1.1.	Noções gerais	623
5.1.2.	A culpabilidade como atribuíbilidade: Maurach	624
5.1.3.	Culpabilidade como atitude interna juridicamente desaprovada	626
5.1.4.	A culpabilidade no finalismo atual	627
5.2.	O funcionalismo e a culpabilidade	628
5.2.1.	Funcionalismo orientado para fins de Política Criminal e a culpabilidade: Claus Roxin	628
5.2.2.	Funcionalismo sistêmico e a culpabilidade	629
5.2.3.	O funcionalismo de controle social e a culpabilidade como limite da pena.....	630
5.3.	Culpabilidade referida à pessoa	631
5.3.1.	Culpabilidade pelo caráter.....	631
5.3.2.	A culpabilidade da pessoa (ou da personalidade)	632
5.4.	A pessoa deliberativa e o déficit de lealdade ao Direito: a influência de Habermas na culpabilidade	632
5.4.1.	Considerações iniciais.....	632
5.4.2.	A pessoa deliberativa e a culpabilidade	633
5.4.3.	A culpabilidade e o déficit de lealdade ao Direito	634
5.5.	A culpabilidade referida à motivabilidade	635
5.5.1.	Considerações iniciais.....	635
5.5.2.	A motivabilidade e a culpabilidade na obra de Muñoz Conde	635
5.5.3.	A imputação pessoal e a motivabilidade normativa.....	636
5.6.	A negação da culpabilidade.....	637
6.	COCULPABILIDADE E CULPABILIDADE DO VULNERÁVEL	638
6.1.	Coculpabilidade	638
6.1.1.	Coculpabilidade às avessas.....	639
6.2.	Culpabilidade do vulnerável	640
7.	MODALIDADES DE CULPABILIDADE	641
7.1.	Culpabilidade formal e material	641
7.2.	Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade.....	642
8.	CULPABILIDADE E NEUROCIÊNCIA	642
9.	QUADRO SINÓTICO.....	644
10.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	648
11.	GABARITO ANOTADO.....	649
12.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS.....	650

CAPÍTULO XXII

CULPABILIDADE (ELEMENTOS E EXCLUDENTES).....	651
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	651
2. IMPUTABILIDADE	652
2.1. Conceito e elementos da imputabilidade.....	652
2.1.1. Localização da imputabilidade na teoria do delito	653
2.2. Imputabilidade e responsabilidade	653

2.3.	Quem são os imputáveis?	653
2.4.	Imputabilidade de índios isolados.....	653
2.5.	Constatação da imputabilidade.....	655
2.6.	Momento da constatação da imputabilidade.....	655
2.7.	Critérios (ou sistemas) para aferição da imputabilidade.....	656
2.8.	Emoção e paixão	656
2.8.1.	Emoção e paixão como excludentes de culpabilidade	657
2.8.2.	Emoção como minorante e como atenuante	657
3.	EXCLUDENTES DA IMPUTABILIDADE	658
3.1.	Doença mental	658
3.1.1.	Considerações iniciais.....	658
3.1.2.	Requisitos para a configuração da imputabilidade.....	658
3.1.3.	Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	658
3.1.4.	Estados de inconsciência	659
3.1.5.	Perícia médica	660
3.1.6.	Consequências da imputabilidade.....	660
3.1.7.	Culpabilidade diminuída: semi-imputabilidade.....	661
3.1.7.1.	Considerações iniciais	661
3.1.7.2.	Terminologia	661
3.1.7.3.	O semi-imputável.....	662
3.1.7.4.	Perturbação de saúde mental.....	662
3.1.7.5.	Consequências da semi-imputabilidade	662
3.1.7.6.	Natureza jurídica da semi-imputabilidade.....	663
3.1.7.7.	Sistema de sanção do semi-imputável.....	663
3.1.8.	Medidas cautelares pessoais para o imputável e semi-imputável	663
3.2.	Menoridade.....	663
3.2.1.	Considerações iniciais.....	663
3.2.2.	Menoridade penal e emancipação civil.....	664
3.2.3.	Em que momento o agente atinge a maioridade penal?	664
3.2.4.	Menoridade penal e Código Penal Militar.....	664
3.2.5.	Menoridade penal e Tribunal Penal Internacional	665
3.2.6.	Maioridade penal e momento de constatação. Crime permanente e contínuo.....	665
3.2.7.	É constitucional a redução da maioridade penal?.....	665
3.2.8.	Consequências da prática do injusto penal pelo menor.....	666
3.3.	Embriaguez completa e fortuita	667
3.3.1.	Considerações iniciais.....	667
3.3.2.	Conceito	667
3.3.3.	Estágios (fases) da embriaguez.....	667
3.3.4.	Classificação da embriaguez.....	667
3.3.4.1.	Quanto à intensidade (grau de afetação dos sentidos)	668
3.3.4.2.	Quanto à iniciativa (origem ou procedência).....	668
3.3.4.3.	Embriaguez patológica.....	669
3.3.5.	Teoria da <i>actio libera in causa</i>	669
3.3.5.1.	Crítica doutrinária à teoria da <i>actio libera in causa</i> : responsabilidade penal objetiva?	670

3.3.6.	Consequências da embriaguez fortuita e completa	671
3.3.7.	Prova da embriaguez e prova da inimputabilidade	671
3.3.8.	Embriaguez na Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	672
4.	EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	673
4.1.	Conceito	673
4.2.	Localização na teoria do delito	673
4.3.	Previsão legal.....	673
4.4.	Origem do instituto	673
4.5.	Coação moral irresistível	674
4.5.1.	Considerações iniciais.....	674
4.5.2.	Consequências da coação moral irresistível	675
4.5.3.	Coação moral resistível.....	675
4.5.4.	Temor reverencial.....	676
4.5.5.	Coação física irresistível.....	676
4.5.6.	Requisitos da coação moral irresistível.....	677
4.6.	Obediência hierárquica	678
4.6.1.	Considerações iniciais.....	678
4.6.2.	Requisitos	679
4.6.3.	Consequências da obediência hierárquica	681
4.7.	Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exculpação	681
5.	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE.....	682
5.1.	Considerações iniciais.....	682
5.2.	Crítérios para aferição da consciência da ilicitude	682
5.3.	A (potencial) consciência da ilicitude na teoria do delito.....	684
5.4.	Exclusão da potencial consciência da ilicitude: erro de proibição.....	685
5.4.1.	Considerações iniciais.....	685
5.4.2.	Erro de proibição escusável e inescusável	686
5.4.2.1.	Erro de proibição escusável (inevitável ou invencível).....	686
5.4.2.2.	Erro de proibição inescusável (evitável ou vencível)	687
5.4.2.3.	Crítério para aferir a (in)escusabilidade do erro de proibição	687
5.4.2.4.	Consequências do erro de proibição escusável e do erro de proibição inescusável	688
5.4.3.	Modalidades de erro de proibição: direto, indireto e mandamental	688
5.4.3.1.	Erro de proibição direto.....	688
5.4.3.2.	Erro de proibição indireto.....	688
5.4.3.2.1.	A questão do erro que recai sobre circunstância fática na discriminante putativa	688
5.4.3.3.	Erro de proibição mandamental	689
5.4.4.	Distinções entre erro de tipo e erro de proibição	689
5.4.5.	Distinção entre erro de proibição e crime putativo.....	690
5.4.6.	Erro sobre elementos normativos do tipo.....	690
6.	CAUSAS SUPRALEGAIS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE	690
6.1.	Fato de consciência (objeção de consciência).....	691
6.1.1.	O fato de consciência e os bens jurídicos individuais.....	692
6.2.	Conflito de deveres	692

6.3.	Desobediência civil.....	693
6.4.	Provocação da situação de legítima defesa.....	693
6.5.	Crítica às causas supralegais de exculpação.....	693
7.	QUADRO SINÓTICO.....	694
8.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	701
8.1	STJ.....	701
9.	INFORMATIVOS RECENTES.....	701
9.1	STJ.....	701
10.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	702
11.	GABARITO ANOTADO.....	703

CAPÍTULO XXIII

CONCURSO DE PESSOAS.....	705
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	705
2. PREVISÃO LEGISLATIVA.....	705
3. CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES QUANTO AO CONCURSO DE PESSOAS.....	706
4. REQUISITOS DO CONCURSO DE PESSOAS.....	706
4.1. Crimes multitudinários e o concurso de pessoas.....	708
5. TEORIAS SOBRE A PUNIBILIDADE NO CONCURSO DE PESSOAS.....	709
6. MODALIDADES DE CONCURSO DE PESSOAS.....	710
7. AUTORIA.....	711
7.1. Considerações iniciais.....	711
7.2. Conceito de autor (teorias sobre a autoria).....	712
7.2.1. Conceito extensivo de autor (teoria extensiva).....	712
7.2.2. Conceito subjetivo (teoria subjetiva ou unitária).....	712
7.2.2.1. Teoria do dolo.....	712
7.2.2.2. Teoria do interesse.....	712
7.2.3. Conceito restritivo.....	713
7.2.3.1. Teoria objetivo-formal.....	713
7.2.3.2. Teoria objetivo-material.....	713
7.2.3.3. Teoria do domínio do fato.....	714
7.2.3.3.1. A teoria do domínio do fato na jurisprudência do STF.....	715
7.2.3.3.2. Teoria do domínio da organização.....	715
7.3. Coautoria em crimes comuns, próprios e de mão própria.....	715
7.4. Autoria direta (imediata) e indireta (mediata).....	716
7.4.1. Autoria indireta (mediata) e crimes próprios e de mão própria.....	717
7.4.2. Autoria mediata e crime culposos.....	717
7.5. Classificações doutrinárias da autoria.....	718
7.5.1. Autoria intelectual.....	718
7.5.2. Autoria por convicção.....	718
7.5.3. Autoria por determinação.....	718
7.5.4. Coautoria sucessiva.....	719
7.5.5. Autoria colateral.....	719
7.5.6. Autoria incerta e desconhecida.....	719
7.5.7. Executor de reserva.....	719

7.5.8.	Autoria de escritório.....	720
8.	PARTICIPAÇÃO.....	720
8.1.	Teoria acerca da punibilidade da participação: teorias da acessoriedade	720
8.1.1.	Teoria adotada no Brasil	721
8.2.	Participação de menor importância	721
8.2.1.	Participação de menor importância e participação inócua	722
8.3.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz do autor	722
8.3.1.	Arrependimento eficaz do partícipe.....	723
8.4.	Classificação doutrinária da participação.....	724
8.4.1.	Convivência	724
8.4.2.	Participação sucessiva	724
8.4.3.	Participação da participação (participação em cadeia)	724
8.4.4.	Cumplicidade	724
8.4.4.1.	Cumplicidade necessária e desnecessária	725
8.5.	Participação por ações neutras?	725
9.	COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA (DESVIO SUBJETIVO DA CONDUTA)	726
10.	COMUNICABILIDADE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS.....	727
10.1.	Aplicação da regra do art. 30 do Código Penal.....	728
10.2.	Condição personalíssima?	728
11.	CONCURSO DE PESSOAS EM CRIMES OMISSIVOS	729
11.1.	Coautoria em crimes omissivos.....	730
11.2.	Participação em crimes omissivos	730
12.	CONCURSO DE PESSOAS EM CRIMES CULPOSOS	731
12.1.	Coautoria e crime culposos.....	731
12.2.	Participação em crime culposos.....	732
13.	QUADRO SINÓTICO	732
14.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	738
15.	GABARITO ANOTADO	740
16.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS.....	741

PARTE IV

TEORIA DA SANÇÃO PENAL

CAPÍTULO XXIV

INTRODUÇÃO À TEORIA DA SANÇÃO PENAL.....		745
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	745
2.	PENA	746
3.	PRINCÍPIOS LIMITADORES DA PENA	746
4.	TEORIAS DA PENA.....	747
4.1.	Considerações iniciais.....	747
4.2.	Teorias absolutas (retributivas ou retribucionistas)	748
4.2.1.	Considerações iniciais.....	748
4.2.2.	Retribucionismo moral: Kant	749
4.2.3.	Retribucionismo jurídico: Hegel	749
4.2.4.	Outras teorias retribucionistas	751
4.3.	Teorias Relativas (preventivas ou prevencionistas)	751

4.3.1.	Considerações iniciais.....	751
4.3.2.	Teoria da prevenção geral negativa	752
4.3.2.1.	Teoria da prevenção geral negativa	752
4.3.2.2.	Teoria da prevenção geral positiva	754
4.3.3.	Teoria da prevenção especial	756
4.3.3.1.	Teoria da prevenção especial negativa	756
4.3.3.2.	Teoria da prevenção especial positiva	757
4.4.	Teorias unitárias (mistas, ecléticas ou da união)	757
4.4.1.	Teoria dialética unificadora	758
4.5.	Teoria agnóstica da pena	759
5.	COMINAÇÃO DAS PENAS	760
6.	MODALIDADES DE PENAS.....	760
6.1.	Penas (constitucionalmente) vedadas no Brasil	760
6.2.	Penas previstas no Brasil	761
7.	QUADRO SINÓTICO.....	762
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	766
9.	GABARITO ANOTADO.....	767

CAPÍTULO XXV

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	769
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	769
2. SISTEMAS PRISIONAIS (PENITENCIÁRIOS)	770
3. MODALIDADES DE PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	771
3.1. Reclusão	772
3.2. Detenção	772
3.3. Prisão simples.....	772
4. REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA	772
4.1. Considerações iniciais.....	772
4.2. Regras para imposição dos regimes de cumprimento de pena.....	773
4.2.1. Imposição de regime inicial fechado	773
4.2.2. Imposição de regime inicial semiaberto	774
4.2.3. Imposição de regime inicial aberto	774
4.2.4. Fixação de regime mais gravoso do que o permitido em lei	774
4.2.5. Pode o juízo da execução penal fixar regime inicial de cumprimento de pena?.....	775
4.2.6. Fixação de regime inicial para os crimes hediondos e equiparados.....	775
4.3. Regras dos regimes de cumprimento de pena	776
4.3.1. Considerações iniciais.....	776
4.3.2. Regras do regime fechado	776
4.3.3. Regras do regime semiaberto.....	777
4.3.4. Regras do regime aberto	778
4.3.4.1. Regime aberto e legislação local.....	779
4.4. Ausência de local adequado para cumprimento da pena	779
4.5. Presídios federais	780
4.6. Regime especial.....	781
4.7. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	781

4.8.	Prisão albergue-domiciliar.....	783
4.8.1.	Prisão albergue-domiciliar e prisão domiciliar (medida cautelar).....	784
4.9.	Regime especial de semiliberdade: cumprimento de pena do índio	784
4.10.	Prisão especial.....	784
5.	COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO DE EXECUÇÃO	785
6.	PROGRESSÃO DE REGIME	786
6.1.	Considerações iniciais.....	786
6.2.	Requisitos para a progressão.....	786
6.3.	Progressão <i>per saltum</i>	788
6.4.	Progressão de regime e presos provisórios.....	789
6.5.	Progressão de regime e prisão especial	789
6.6.	A impossibilidade de progressão de regime e sua inconstitucionalidade: súmula vinculante n. 26.....	789
6.6.1.	A possibilidade de progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados e os seus requisitos	790
6.6.2.	A irretroatividade da exigência de cumprimento de pena	791
6.7.	Demais questões envolvendo a progressão de regime	792
6.7.1.	Progressão de regime e cabimento de <i>habeas corpus</i>	792
6.7.2.	Progressão de regime e cometimento de falta grave	792
6.7.3.	Progressão de regime e prisão militar.....	793
6.7.4.	Progressão de regime e Lei n. 12.850/13	793
6.7.5.	Progressão de regime e nova condenação	793
7.	INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA.....	793
7.1.	Execução provisória da pena	793
7.2.	Exame criminológico	794
7.3.	Guia de recolhimento	794
7.4.	Ordem de cumprimento das penas.....	795
7.5.	Superveniência de doença mental	795
7.6.	Uso de algemas	795
8.	REGRESSÃO DE REGIME.....	796
9.	DIREITOS DO PRESO.....	798
9.1.	Considerações iniciais.....	798
9.2.	Direitos em espécie	799
9.3.	Direito de visita íntima	799
10.	DEVERES DO PRESO	800
11.	AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA	800
11.1.	Considerações iniciais.....	800
11.2.	Permissão de saída	800
11.3.	Saída temporária	801
11.3.1.	Hipóteses de cabimento.....	801
11.3.2.	Requisitos para a concessão.....	801
11.3.3.	Condições para a fruição do benefício	802
11.3.4.	Hipóteses de revogação do benefício.....	803
11.3.5.	Recuperação do direito à saída temporária	803
11.3.6.	Saída temporária automática	803

12. Monitoração eletrônica	804
12.1. Considerações iniciais.....	804
12.2. Hipóteses de cabimento.....	804
12.3. Deveres inerentes à monitoração	804
12.4. Revogação da monitoração eletrônica	805
13. TRABALHO DO PRESO	805
14. LEGISLAÇÃO ESPECIAL	806
15. REMIÇÃO	806
15.1. Considerações iniciais.....	806
15.2. Remição pelo trabalho	806
15.3. Remição pelo estudo	807
15.4. Remição pela leitura.....	807
15.5. Remição por outras atividades.....	808
15.6. Remição pelo cumprimento da pena em situação degradante.....	808
15.7. Regras complementares à remição	808
15.8. Cumulação da remição pelo trabalho com a remição pelo estudo	809
15.9. Falta grave e perda dos dias remidos	809
16. DETRAÇÃO	811
16.1. Considerações iniciais.....	811
16.2. Cabimento da detração	812
16.2.1. Detração e a pena de multa	812
16.2.2. Detração e penas restritivas de direitos	812
16.2.3. Detração e suspensão condicional da pena (sursis).....	812
16.3. Juízo competente para o reconhecimento da detração	813
16.4. Detração e cômputo da prescrição.....	813
16.5. Detração e processos distintos.....	814
16.6. Detração e extradição	815
17. LIMITE DAS PENAS	815
17.1. Considerações iniciais.....	815
17.2. Unificação das penas.....	815
17.3. Superveniência de nova condenação e unificação das penas.....	816
18. QUADRO SINÓTICO.....	817
19. SÚMULAS APLICÁVEIS.....	825
19.1 STJ.....	825
19.2 STF	825
20. INFORMATIVOS RECENTES.....	826
20.1 STJ.....	826
21. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	828
22. GABARITO ANOTADO	830

CAPÍTULO XXVI

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	833
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	833
2. CÓDIGO PENAL E ROL NÃO TAXATIVO	834
3. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS E A FALÊNCIA DA PENA DE PRISÃO	834

4.	REGRAS DE TÓQUIO E REGRAS DE MANDELA	836
5.	NATUREZA JURÍDICA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS.....	837
6.	CARACTERÍSTICAS DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	837
7.	LIMITE TEMPORAL DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS.....	838
8.	REQUISITOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA RESTRITIVA DE DIREITOS.....	838
8.1.	Considerações iniciais.....	838
8.2.	Requisitos objetivos	839
8.3.	Requisitos subjetivos.....	840
9.	CABIMENTO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS E CASOS ESPECÍFICOS.....	841
9.1.	Penas restritivas de direitos e crimes hediondos	841
9.2.	Pena restritiva de direitos e tráfico de drogas.....	841
9.3.	Penas restritivas de direitos e crimes ambientais	842
9.4.	Penas restritivas de direitos e crimes militares	843
9.5.	Penas restritivas de direitos e violência imprópria.....	844
9.6.	Penas restritivas de direitos e Lei Maria da Penha.....	844
10.	MOMENTO PARA A SUBSTITUIÇÃO	845
10.1.	Substituição durante a execução da pena privativa de liberdade	845
11.	REGRAS PARA A SUBSTITUIÇÃO	845
12.	(RE) CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	846
12.1.	Considerações iniciais.....	846
12.2.	(Re) conversão obrigatória: descumprimento injustificado	847
12.3.	(Re) conversão facultativa: superveniência de condenação a pena privativa de liberdade por outro crime	848
12.4.	(Re) conversão e tempo de pena restante.....	848
12.5.	(Re) conversão de penas de caráter pecuniário	848
13.	INÍCIO DA EXECUÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	849
14.	MODALIDADES DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	849
15.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM ESPÉCIE	850
15.1.	Considerações iniciais.....	850
15.2.	Prestação pecuniária	850
15.3.	Perda de bens e valores.....	852
16.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	853
16.1.	Considerações iniciais.....	853
16.2.	Distinção entre pena de prestação de serviços e trabalhos forçados	853
16.3.	Hipóteses de cabimento da prestação de serviços.....	853
16.4.	Local de cumprimento.....	854
16.5.	Tempo de cumprimento da pena	854
16.6.	Prestação de serviços e jornada normal de trabalho	854
16.7.	Execução da pena de prestação de serviços.....	854
16.8.	Prestação de serviços na Lei de Drogas	855
16.9.	Prestação de serviços na Lei de Crimes Ambientais	856
16.9.1.	Para pessoa física.....	856
16.9.2.	Para pessoa jurídica.....	857
17.	Interdição temporária de direitos.....	857

17.1.	Considerações iniciais.....	857
17.2.	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	858
17.3.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	859
17.4.	Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	859
17.5.	Proibição de frequentar lugares.....	860
17.6.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	861
18.	Limitação de fim de semana.....	861
19.	QUADRO SINÓTICO.....	862
20.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	868
20.1	STJ.....	868
21.	INFORMATIVOS RECENTES.....	868
21.1	STJ.....	868
21.2	STF.....	869
22.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	870
23.	GABARITO ANOTADO.....	872

CAPÍTULO XXVII

PENA DE MULTA.....	875
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	875
2. DESTINAÇÃO DOS VALORES DA PENA DE MULTA.....	875
2.1. Destinação dos valores da pena de multa na Lei de Drogas.....	876
3. PENA DE MULTA E AS INFRAÇÕES PENAIS.....	876
4. CRITÉRIO PARA APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA.....	878
5. APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA.....	878
5.1. Atualização dos valores.....	879
5.2. Aumento do valor da multa: pena ineficaz.....	879
6. PAGAMENTO DA MULTA.....	879
7. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	880
7.1. Considerações iniciais.....	880
7.2. Legitimidade, competência e rito para a cobrança da dívida de valor.....	881
7.3. Competência para a execução da multa nos Juizados Especiais Criminais.....	881
7.4. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição.....	882
8. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	882
9. OUTRAS QUESTÕES EM TORNO DA PENA DE MULTA.....	882
9.1. Pena de multa e <i>habeas corpus</i>	882
9.2. Pena de multa e valor irrisório.....	883
9.3. Multa substitutiva.....	883
9.3.1. Multa substitutiva e previsão de penas cumuladas.....	884
9.4. Pena de multa e progressão de regime na pena privativa de liberdade.....	884
10. A PENA DE MULTA NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	884
10.1. Considerações iniciais.....	884
10.2. Pena de multa na Lei de Drogas.....	885
10.2.1. Considerações iniciais.....	885
10.2.2. A multa no crime de porte de drogas para consumo pessoal.....	885

10.2.3. A pena de multa nos demais crimes da Lei de Drogas	886
10.3. Pena de multa no Código Eleitoral	886
10.4. Pena de multa na Lei Maria da Penha	886
11. QUADRO SINÓTICO.....	887
12. SÚMULAS APLICÁVEIS.....	890
12.1 STJ.....	890
12.2 STF.....	890
13. INFORMATIVOS RECENTES.....	890
13.1 STJ.....	890
13.2 STF.....	891
14. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	892
15. GABARITO ANOTADO.....	893

CAPÍTULO XXVIII

APLICAÇÃO DA PENA.....	895
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	895
2. SISTEMAS DE FIXAÇÃO DA PENA	895
3. PRESSUPOSTO DA APLICAÇÃO DA PENA.....	896
4. FUNDAMENTO DA APLICAÇÃO DA PENA.....	897
5. FINALIDADE DA APLICAÇÃO DA PENA	897
5.1. A necessidade de pena e os extremófilos	897
6. CRITÉRIOS PARA A APLICAÇÃO DA PENA	898
7. ELEMENTARES E CIRCUNSTÂNCIAS	898
7.1. Circunstâncias legais e judiciais.....	899
8. FASES DA APLICAÇÃO DA PENA	900
9. PRIMEIRA FASE DA APLICAÇÃO DA PENA: PENA-BASE	901
9.1. Considerações iniciais.....	901
9.2. Circunstâncias judiciais em espécie.....	902
9.2.1. Culpabilidade.....	902
9.2.2. Antecedentes	903
9.2.3. Conduta social	904
9.2.4. Personalidade.....	904
9.2.5. Motivos do crime	905
9.2.6. Circunstâncias do crime.....	905
9.2.7. Consequências do crime	905
9.2.8. Comportamento da vítima	906
9.3. Valoração das circunstâncias judiciais	906
10. SEGUNDA FASE DA APLICAÇÃO DA PENA: PENA PROVISÓRIA.....	907
10.1. Considerações iniciais.....	907
10.2. Circunstâncias agravantes (art. 61, CP)	907
10.2.1. Reincidência (art. 62, I, CP).....	908
10.2.1.1. Considerações iniciais.....	908
10.2.1.2. Crimes políticos e militares.....	909
10.2.1.3. Natureza jurídica.....	910
10.2.1.4. Modalidades de reincidência.....	910

10.2.1.5.	Prova da reincidência.....	911
10.2.1.6.	Período depurador.....	911
10.2.1.7.	Requisitos da reincidência	911
10.2.1.8.	Reincidência na Lei de Contravenções Penais	912
10.2.1.9.	Extinção da punibilidade do crime anterior.....	913
10.2.1.10.	Reincidência e antecedentes criminais.....	914
10.2.2.	Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, CP): demais agravantes	915
10.2.2.1.	Por motivo fútil ou torpe (alínea a)	915
10.2.2.2.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (alínea b)	915
10.2.2.3.	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea c)	916
10.2.2.4.	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum (alínea d).....	916
10.2.2.5.	Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge (alínea e)	917
10.2.2.6.	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;	917
10.2.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea g)	918
10.2.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea h)	918
10.2.2.9.	Quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (alínea i)	919
10.2.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou de desgraça particular do ofendido (alínea j)...	919
10.2.2.11.	Em estado de embriaguez preordenada (alínea l)	919
10.2.3.	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62, CP)	919
10.2.3.1.	Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)	920
10.2.3.2.	Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II) ...	920
10.2.3.3.	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III)	920
10.2.3.4.	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV).....	920
10.3.	Circunstâncias atenuantes.....	921
10.3.1.	Circunstâncias atenuantes em espécie (art. 65, CP).....	922
10.3.1.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I).....	922
10.3.1.2.	O desconhecimento da lei	923
10.3.1.3.	Ter o agente (inciso III):.....	924
10.3.1.3.1.	Cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral (alínea a)	924
10.3.1.3.2.	Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento reparado o dano (alínea b)	924

10.3.1.3.3. Cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (alínea c)	925
10.3.1.3.4. Confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (alínea d)	926
10.3.1.3.5. Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (alínea e)	928
10.3.2. Circunstância atenuante inominada (art. 66, CP)	928
10.4. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	928
10.4.1. Concurso entre reincidência e confissão espontânea	929
11. TERCEIRA FASE DA APLICAÇÃO DA PENA: CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO	929
11.1. Considerações iniciais	929
11.2. Distinções entre majorantes/minorantes e agravantes/minorantes	930
11.3. Distinções entre causas de aumento e qualificadoras	930
11.4. Concurso entre majorantes e minorantes	930
11.4.1. Concurso homogêneo de causas de aumento	931
11.4.2. Concurso homogêneo entre causas de diminuição	931
11.4.3. Concurso heterogêneo entre causas de aumento e de diminuição	931
11.4.4. Critério para aplicação das causas de aumento e de diminuição	931
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	932
13. QUADRO SINÓTICO	933
14. SÚMULAS APLICÁVEIS	940
14.1 STJ	940
15. INFORMATIVOS RECENTES	940
15.1 STJ	940
15.2 STF	941
16. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	945
17. GABARITO ANOTADO	948

CAPÍTULO XXIX

CONCURSO DE CRIMES	951
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	951
2. SISTEMAS DE APLICAÇÃO DA PENA NO CONCURSO DE CRIMES	951
2.1. Sistema do cúmulo (da acumulação) material	951
2.2. Sistema da exasperação	952
2.3. Sistema do cúmulo (da acumulação) jurídico	952
2.4. Sistema da absorção	952
3. CONCURSO MATERIAL DE CRIMES	952
3.1. Considerações iniciais	952
3.2. Critério para aplicação da pena	952
3.3. Aplicação cumulativa das penas de reclusão e de detenção	953
3.4. Aplicação cumulativa de pena privativa de liberdade e pena restritiva de direitos	953
3.5. Cumprimento cumulativo ou simultâneo das penas restritivas de direitos	953
3.6. Concurso material moderado (limitado)	953
3.7. Concurso material e suspensão condicional do processo	954

3.8.	Concurso material e cabimento de fiança	954
4.	CONCURSO FORMAL DE CRIMES	954
4.1.	Considerações iniciais.....	954
4.2.	Modalidades de concurso formal	955
4.2.1.	Quanto à identidade de crimes	955
4.2.2.	Quanto à unidade de desígnios.....	955
4.3.	Aplicação da pena no concurso formal	956
4.3.1.	Aplicação da pena no concurso formal perfeito.....	956
4.3.1.1.	Concurso material benéfico.....	956
4.3.2.	Aplicação da pena no concurso formal imperfeito.....	957
5.	CRIME CONTINUADO.....	957
5.1.	Considerações iniciais.....	957
5.2.	Natureza jurídica	957
5.3.	Teorias sobre o crime continuado	958
5.4.	Requisitos do crime continuado.....	958
5.5.	Aplicação da pena no crime continuado	961
5.6.	Crime continuado específico (qualificado)	961
5.7.	Crime continuado e crime habitual	961
5.8.	Crime continuado e crimes culposos.....	962
5.9.	Crimes continuado e aplicação da lei penal no tempo.....	962
5.10.	Crimes continuado e suspensão condicional do processo	962
6.	MULTAS NO CONCURSO DE CRIMES.....	963
7.	CONCURSO DE CRIMES E DEMAIS QUESTÕES	963
7.1.	Concurso de crimes e prescrição.....	963
7.2.	Concurso de crimes e questões processuais	963
7.3.	Concurso de infrações	964
7.4.	Concurso de crimes e reincidência.....	964
8.	QUADRO SINÓTICO.....	964
9.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	968
9.1	STJ.....	968
9.2	STF.....	968
10.	INFORMATIVOS RECENTES.....	968
10.1	STJ.....	968
11.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	969
12.	GABARITO ANOTADO.....	972

CAPÍTULO XXX

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (SURSIS)	975
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	975
2. CONCEITO	975
3. NATUREZA JURÍDICA.....	976
4. SISTEMAS.....	976
5. MODALIDADES DE <i>SURSIS</i>	977
6. REQUISITOS.....	978
6.1. Requisitos objetivos	978
6.2. Requisitos subjetivos	979

7.	MOMENTO ADEQUADO E JUÍZO COMPETENTE PARA A CONCESSÃO DO <i>SURSIS</i>	980
7.1.	<i>Sursis</i> incondicionado	980
8.	CONDIÇÕES.....	981
9.	PERÍODO DE PROVA.....	982
9.1.	Fiscalização das condições durante o período de prova.....	982
10.	REVOGAÇÃO	982
10.1.	Revogação obrigatória.....	983
10.2.	Revogação facultativa.....	984
10.3.	Revogação do <i>sursis</i> e oitiva do condenado	984
11.	CASSAÇÃO DO <i>SURSIS</i>	985
12.	PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE PROVA	985
13.	EXTINÇÃO DA PENA: CUMPRIMENTO DA CONDIÇÕES	986
13.1.	Prorrogação e revogação do benefício após encerramento do período de prova	986
14.	<i>SURSIS</i> NA LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	986
14.1.	<i>Sursis</i> e Lei de Crimes Ambientais.....	986
14.2.	<i>Sursis</i> e Lei de Drogas	987
14.3.	Lei das Contravenções Penais.....	987
14.4.	<i>Sursis</i> e Lei de Segurança Nacional.....	987
14.5.	<i>Sursis</i> e Código Penal Militar	988
14.6.	<i>Sursis</i> e Lei Maria da Penha.....	988
15.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (<i>SURSIS</i> PROCESSUAL).....	989
16.	OUTRAS QUESTÕES.....	989
16.1.	<i>Sursis</i> sucessivos e simultâneos.....	989
16.2.	<i>Sursis</i> e condenado estrangeiro.....	989
16.3.	<i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....	990
16.4.	<i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	990
16.5.	<i>Sursis</i> e regime de pena.....	990
16.6.	<i>Sursis</i> e indulto	990
17.	QUADRO SINÓTICO	991
18.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	994
18.1	STJ.....	994
18.2	STF	994
19.	INFORMATIVOS RECENTES.....	994
19.1	STF	994
20.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	995
21.	GABARITO ANOTADO.....	997

CAPÍTULO XXXI

LIVRAMENTO CONDICIONAL	999
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	999
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	999
3. NATUREZA JURÍDICA.....	1000
4. REQUISITOS.....	1000
4.1. Requisitos objetivos	1000
4.2. Requisitos subjetivos	1003

5.	CONDIÇÕES.....	1005
5.1.	Condições obrigatórias (art. 132, §1º, LEP)	1005
5.2.	Condições facultativas (art. 132, §2º, LEP)	1006
5.3.	Condições obrigatórias indiretas	1006
6.	PROCEDIMENTO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	1006
7.	REVOGAÇÃO	1007
7.1.	Revogação obrigatória	1007
7.2.	Revogação facultativa	1008
8.	SUSPENSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	1009
9.	PRORROGAÇÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	1009
10.	EXTINÇÃO	1010
11.	OUTRAS QUESTÕES.....	1010
11.1.	Livramento condicional e egresso	1010
11.2.	Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	1010
11.3.	Livramento condicional cautelar	1011
11.4.	Livramento condicional para estrangeiros	1011
11.5.	Livramento condicional insubsistente	1012
11.6.	Livramento condicional humanitário.....	1012
12.	QUADRO SINÓTICO.....	1012
13.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1015
13.1	STJ.....	1015
13.2	STF	1015
14.	INFORMATIVOS RECENTES.....	1015
14.1	STJ.....	1015
15.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	1016
16.	GABARITO ANOTADO.....	1018

CAPÍTULO XXXII

	EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO	1021
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1021
2.	EFEITOS PRINCIPAIS	1022
3.	EFEITOS SECUNDÁRIOS.....	1022
3.1.	Efeitos secundários penais	1022
3.2.	Efeitos secundários extrapenais	1023
3.2.1.	Efeitos secundários extrapenais genéricos	1023
3.2.1.1.	Reparação do dano	1023
3.2.1.1.1.	A reparação do dano na esfera cível e a sentença penal absolutória	1025
3.2.1.2.	Confisco	1025
3.2.2.	Efeitos secundários extrapenais específicos.....	1027
3.2.2.1.	A perda de cargo, função pública ou mandato eleito	1027
3.2.2.1.1.	Perda do mandato eletivo de deputados federais e senadores	1029
3.2.2.2.	A incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado	1029

3.2.2.3.	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	1030
3.3.	Efeitos da condenação e a <i>abolitio crtiminis</i>	1030
4.	DEMAIS EFEITOS EXTRAPENAIIS DA CONDENAÇÃO	1030
4.1.	Suspensão dos direitos políticos	1031
4.2.	Lei de Preconceito (Lei nº 7.716/89)	1031
4.3.	Lei de Lavagem de Capitais (Lei n. 9.613/98)	1032
4.4.	Lei de Tortura (Lei n. 9.455/97)	1032
4.5.	Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei n. 11.101/05)	1032
4.6.	Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93)	1033
4.7.	Crimes contra a propriedade imaterial.....	1033
4.8.	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	1033
4.9.	Demais efeitos da condenação.....	1033
5.	REABILITAÇÃO.....	1034
5.1.	Considerações iniciais.....	1034
5.2.	Finalidades de reabilitação.....	1034
5.3.	Pressuposto e requisitos para a reabilitação.....	1036
5.3.1.	Pressuposto	1036
5.3.2.	Requisitos	1036
5.4.	Competência para o julgamento da reabilitação.....	1036
5.5.	Pedido e recurso no processo de reabilitação.....	1036
5.6.	Revogação da reabilitação.....	1037
6.	QUADRO SINÓTICO.....	1037
7.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1041
7.1	STJ.....	1041
7.2	STF.....	1041
8.	INFORMATIVOS RECENTES.....	1041
8.1	STF.....	1041
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	1042
10.	GABARITO ANOTADO.....	1043

CAPÍTULO XXXIII

MEDIDA DE SEGURANÇA.....	1045
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1045
2. ORIGEM DO INSTITUTO	1045
3. HISTÓRICO DA MEDIDA DE SEGURANÇA NO DIREITO BRASILEIRO	1046
4. JURISDICIONARIEDADE DA MEDIDA DE SEGURANÇA.....	1047
5. DISTINÇÕES ENTRE PENA E MEDIDA DE SEGURANÇA	1047
5.1. Quanto à pessoa a quem se impõe:	1047
5.2. Quanto ao fundamento.....	1048
5.3. Quanto ao prazo de duração	1048
5.4. Quanto à finalidade.....	1048
6. FUNDAMENTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA.....	1048
7. MODALIDADES DE MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	1048
8. LOCAL DE CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA: DIREITOS DO INTERNADO.....	1049

9.	CRITÉRIO PARA APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA	1049
9.1.	Crítica ao critério adotado pelo Código Penal	1049
9.2.	Conversão do tratamento ambulatorial em medida de internação	1050
10.	Prazos da medida de segurança	1051
10.1.	Prazo mínimo para a medida de segurança.....	1051
10.2.	Prazo máximo.....	1051
10.3.	Limite para o cumprimento da medida de segurança.....	1051
10.3.1.	A Questão da continuação do tratamento: a internação extrapenal	1052
10.3.2.	Prazo máximo para semi-imputáveis.....	1053
10.3.3.	Superveniência de doença mental e prazo da medida de segurança conver- tida	1054
11.	MEDIDA DE SEGURANÇA CAUTELAR?	1054
12.	EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA	1054
13.	DESINTERNAÇÃO OU LIBERAÇÃO CONDICIONAL	1054
13.1.	Desinternação progressiva	1055
14.	“MEDIDA DE SEGURANÇA” NA LEI DE DROGAS.....	1055
15.	MEDIDA DE SEGURANÇA E INIMPUTÁVEIS POR MENORIDADE.....	1056
16.	QUADRO SINÓTICO.....	1056
17.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1058
17.1	STJ.....	1058
17.2	STF	1058
18.	INFORMATIVOS RECENTES.....	1058
18.1	STJ.....	1058
18.2	STF	1059
19.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	1059
20.	GABARITO ANOTADO.....	1062

CAPÍTULO XXXIV

AÇÃO PENAL	1063
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1063
2. MODALIDADES DE AÇÃO PENAL.....	1063
3. REGRA DO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	1064
4. AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PÚBLICA	1064
4.1. Considerações iniciais.....	1064
4.2. Princípios da ação penal pública	1064
5. Ação penal pública incondicionada	1065
6. Ação penal pública condicionada à representação	1065
6.1. Conceito de representação	1065
6.2. Ausência de rigor formal	1066
6.3. Fundamento	1066
6.4. Titularidade	1066
6.5. Sucessão no direito de representação.....	1066
6.6. Prazo.....	1066
6.7. Retratação	1067
6.8. Eficácia objetiva	1067

7.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	1068
7.1.	Considerações iniciais.....	1068
7.2.	Conceito	1068
7.3.	Prazo.....	1068
7.4.	Retratação	1068
7.5.	Eficácia objetiva:.....	1069
7.6.	Ausência de vinculação do MP.....	1069
8.	Ação penal de iniciativa privada	1069
8.1.	Considerações iniciais.....	1069
8.2.	Princípios da ação penal de iniciativa privada	1070
8.3.	Ação penal de iniciativa privada exclusiva.....	1071
8.4.	Ação penal de iniciativa privada personalíssima	1071
8.5.	Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	1072
8.6.	Prazo decadencial.....	1072
9.	Ação penal nos crimes complexos	1072
10.	QUADRO SINÓTICO.....	1073
11.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	1075
12.	GABARITO ANOTADO.....	1077

CAPÍTULO XXXV

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	1079
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1079
2. CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE: ART. 107 DO CÓDIGO PENAL.....	1079
2.1. Morte do agente (inciso I)	1079
2.1.1. Extinção da pessoa jurídica	1080
2.2. Anistia, graça ou indulto (inciso II)	1081
2.2.1. Anistia.....	1081
2.2.2. Graça	1082
2.2.3. Indulto	1083
2.3. Abolitio criminis (inciso III)	1084
2.4. Prescrição, decadência ou perempção (inciso IV)	1085
2.4.1. Prescrição	1085
2.4.2. Decadência	1085
2.4.3. Perempção	1085
2.5. Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada (inciso V).....	1087
2.5.1. Renúncia do ofendido	1087
2.5.2. Perdão (aceito) do querelante.....	1088
2.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI).....	1088
2.7. Perdão judicial (inciso IX)	1088
2.7.1. Natureza jurídica	1089
2.7.2. Momento para a concessão do perdão judicial.....	1089
2.8. Incisos revogados	1090
3. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NOS CRIMES ACESSÓRIOS, COMPLEXOS E CONEXOS	1091
4. CARÁTER NÃO TAXATIVO DO ROL DO ART. 107, CP	1091
5. QUADRO SINÓTICO.....	1092

6.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1094
6.1	STJ.....	1094
6.2	STF.....	1094
7.	INFORMATIVOS RECENTES.....	1094
7.1	STJ.....	1094
7.2	STF.....	1096
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	1096
9.	GABARITO ANOTADO.....	1099

CAPÍTULO XXXVI

PREScrição.....	1101
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1101
2. FUNDAMENTO.....	1101
3. NATUREZA JURÍDICA.....	1102
4. IMPRESCRITIBILIDADE.....	1102
4.1. Imprescritibilidade na Constituição Federal.....	1102
4.2. O racismo e a injúria racial.....	1102
4.3. Imprescritibilidade e o Tribunal Penal Internacional.....	1103
5. MODALIDADES DE PRESCRIÇÃO.....	1103
6. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM ABSTRATO.....	1104
6.1. Considerações iniciais.....	1104
6.2. Prazos prescricionais.....	1104
6.2.1. Exceções aos prazos do art. 109, CP.....	1105
6.2.2. Menoridade e senilidade.....	1106
6.3. Cômputo da prescrição.....	1106
6.4. Termo inicial.....	1109
6.5. Causas impeditivas da prescrição.....	1111
6.5.1. Outras causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	1112
6.6. Causas interruptivas da prescrição.....	1114
6.6.1. Interrupção da prescrição nos crimes falimentares.....	1117
6.6.2. Comunicabilidade das causas interruptivas.....	1117
7. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA SUPERVENIENTE.....	1118
7.1. Considerações iniciais.....	1118
7.2. Cômputo da prescrição.....	1118
7.3. Termo inicial.....	1119
7.4. Momento adequado e competência para o reconhecimento.....	1119
8. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA RETROATIVA.....	1120
8.1. Considerações iniciais.....	1120
8.2. Cômputo da prescrição.....	1120
8.2.1. Cômputo no procedimento do júri.....	1121
8.2.2. Prescrição retroativa e Lei n. 12.234/2010.....	1121
8.3. Termo inicial.....	1122
8.4. Momento adequado e competência para o reconhecimento.....	1122
9. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.....	1123
9.1. Considerações iniciais.....	1123

9.2.	Cômputo da prescrição	1123
9.3.	Termo inicial	1123
9.4.	Momento adequado e competência para o seu reconhecimento	1124
9.5.	Causas interruptivas	1125
9.5.1.	Incomunicabilidade das causas interruptivas	1126
9.6.	Causas impeditivas	1126
10.	PRESCRIÇÃO VIRTUAL (ANTECIPADA)	1126
11.	OUTRAS QUESTÕES.....	1127
11.1.	Prescrição da pena de multa	1127
11.2.	Prescrição da pena restritiva de direitos	1128
11.3.	Prescrição da medida de segurança	1128
11.4.	Prescrição e medidas socioeducativas	1128
11.5.	Prescrição das penas mais brandas	1129
11.6.	Prescrição e falta disciplinar na execução	1129
12.	QUADRO SINÓTICO.....	1129
13.	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1134
13.1	STJ.....	1134
13.2	STF	1135
14.	INFORMATIVOS RECENTES.....	1135
14.1	STJ.....	1135
14.2	STF	1137
15.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	1138
16.	GABARITO ANOTADO.....	1141
	REFERÊNCIAS	1143